Câmara Municipal de Missal

Estado do Paraná

07ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25.03.2024

ATA Nº 013/2024

Ata da Reunião dos Vereadores do Município de Missal, Estado do Paraná, referente à **7ª Sessão Ordinária** do Primeiro Período Legislativo da Quarta Sessão Legislativa da Décima Legislatura, realizada no vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, no Plenário Edmundo Schwendler da Câmara Municipal de Missal. A sessão foi presidida pelo vereador **Jair Loreno Bogler** e secretariada pelo vereador **Elias Xavier Andrade.** O presidente iniciou a sessão cumprimentando os colegas vereadores, as pessoas presentes e quem acompanhava pelas redes sociais, e declarou aberta a sessão, passando ao **PEQUENO EXPEDIENTE,** no qual o vereador Jair Rauber realizou a leitura de um texto bíblico. Concluída a leitura, o presidente solicitou a assinatura do termo de presença. Estiveram presentes os vereadores Algacir Kroth, Ceni da Rosa Justen, Elias Xavier Andrade, Elmo Franke Pauli, Jair Francisco Rauber, Jair Loreno Bogler, Maico Luzzi, Tarcisio Mascarello e Valentin Kniphoff. Após a assinatura do termo de presença, o presidente pôs em votação ata da sessão anterior, 6ª Sessão Ordinária de 2024. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o secretário fez a leitura das correspondências recebidas: **Ofício nº 003/2024** – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; **Ofício nº 06/2024** – Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel/PR; **Edital de Convocação** - ACAMOP. Em seguida, o presidente passou ao **GRANDE EXPEDIENTE,** onde houve a segunda discussão e segunda votação do **PL-010/2024/E** – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar para o Exercício de 2024 e dá outras providências. O secretário fez a leitura do projeto e dos pareceres das comissões e do parecer jurídico, sendo todos os pareceres favoráveis. Na discussão, não houve manifestações, e em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o presidente passou a primeira discussão e primeira votação do **PL-011/2024/E** – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar para o Exercício de 2024 e dá outras providências. O secretário fez a leitura da justificativa e dos pareceres das comissões e do parecer jurídico, sendo todos os pareceres favoráveis. Na discussão do projeto, o vereador Elmo Pauli se manifestou e justificou seu voto, e o vereador Jair Rauber também comentou o projeto. Em votação, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à sessão, o presidente passou à leitura das **INDICAÇÕES,** e o secretário leu a **IND-13/2024** – Elias Andrade – Indica que sejam feitos reparos na estrada entre as comunidades de Vista Alegre e União da Vitória, onde foi feito o reperfilamento asfáltico com TST. O vereador Elias comentou e justificou sua indicação, e o vereador Jair Rauber também comentou a

indicação, citando o trecho de asfalto da que vai à praia que também está passando por reparos. Na sequência, o secretário fez a leitura da **IND-14/2024** – Tarcisio, Jair Rauber e Maico – Indicam que o Poder Executivo estude a possibilidade de abrir a Rua Santa Catarina até o final, proporcionando acesso à Rua Antônio Follmann, com a instalação de galerias pluviais. O vereador Tarcisio se manifestou e comentou a indicação. Em seguida, o secretário leu a **IND-15/2024** – Algacir, Ceni e Valentin – Indicam que seja realizado o recape asfáltico da estrada que liga a Linha Bandeirantes à Linha Santa Catarina, nas proximidades do Sr. Adavilson Vittencurt. Os vereadores Algacir e Valentin se manifestaram e justificaram a indicação. Por último, o secretário fez a leitura da **IND-16/2024** – Algacir, Ceni e Valentin – Indicam que seja realizado um estudo para remodelação da área urbana, especialmente no que se refere a áreas de convivência, passeios públicos e principalmente da Avenida Dom Geraldo Sigaud em toda a sua extensão. O vereador Algacir justificou a indicação, e o vereador Elmo pediu para se aliar a ela e também fez comentários, citando a acessibilidade em projetos públicos. Após a leitura das indicações, o vereador Maico Luzzi pediu licença para se retirar da sessão, pois estava com sua esposa e filho com dengue e necessitando de cuidados, tendo sido autorizado a se retirar pelo presidente. Concluídas as matérias do Grande Expediente, o presidente passou às **CONSIDERAÇÕES FINAIS** e convidou o vereador **Valentin Kniphoff** para se manifestar na tribuna. Este iniciou seu discurso cumprimentando todas as classes trabalhadoras do município, incluindo o pessoal do comércio, o funcionalismo público e os agricultores do agronegócio, especialmente a agricultura familiar. Agradeceu a presença de todos na Câmara e destacou a importância de servir o povo com respeito, seguindo o regimento interno e as leis vigentes. Durante o discurso, o vereador mencionou ter sido informado pelo Ministério Público sobre uma denúncia de possível irregularidade envolvendo um membro da Casa. Disse que ele, juntamente com o vereador Algacir e a vereadora Ceni, ao se depararem com a situação junto ao Ministério Público, constataram que havia uma denúncia e que a Casa não havia informado os membros da mesa diretora para repassar a informação. Pediu que fosse exibido um vídeo que evidenciava atividades particulares realizadas com o veículo destinado às atividades do Legislativo pelo presidente da Casa. Informou que havia vários vídeos e fotos e que era de conhecimento de todos que o presidente da casa trabalhava no Samu em Medianeira, local da gravação. Disse que havia sido informado sobre esse vídeo que estava com o Ministério Público, o qual também havia enviado um ofício de aviso que não havia chegado até eles, sendo então que colheram as informações. O vereador informou que as gravações eram do dia 28 de dezembro e do dia 16 de janeiro, onde o carro oficial da Câmara havia ficado por longo tempo no local citado. O vereador ressaltou que a Câmara, por muitas vezes, tem um único carro para realizar o trabalho do legislativo e não para atividades particulares, citando uma situação em que precisou do carro para realizar um trabalho parlamentar e não foi atendido, tendo ido a Curitiba com seu carro particular para realizar seu trabalho legislativo. Expressou contentamento com o cuidado da Casa para evitar erros e seguir o regimento. Ao final do discurso, o vereador anunciou a intenção de protocolar um requerimento com base no Regimento Interno para abrir uma comissão fiscalizadora, visando promover um inquérito para investigar os fatos mencionados. Também solicitou o afastamento temporário do presidente da Câmara durante o processo de investigação, medida que seria protocolada na secretaria da Câmara após a sessão. Na sequência, a vereadora **Ceni da Rosa Justen** fez uso da palavra e destacou a importância de lembrar o papel do vereador conforme previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do município de Missal, enfatizando as funções legislativas e de fiscalização. Ela ressaltou que os vereadores foram eleitos para legislar

em prol do município e fiscalizar as ações do Poder Executivo, sem se tornarem uma extensão da prefeitura. A vereadora enfatizou a independência do trabalho legislativo e a responsabilidade de representar a população na fiscalização, tanto do executivo quanto do próprio poder legislativo. Diante das acusações mencionadas pelo colega vereador Valentim, especialmente sobre o uso indevido do carro do Legislativo, Ceni destacou a importância de apurar as questões levantadas com coerência, inclusive pela própria Câmara Municipal. Ela expressou surpresa e preocupação pelo fato grave não ter sido repassado aos vereadores, especialmente à mesa diretiva da qual um colega é vice-presidente, questionando a falta de transparência e a necessidade de esclarecimentos. A Vereadora concluiu o discurso anunciando a intenção de protocolar um ofício para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos mencionados. Ela enfatizou a seriedade do trabalho legislativo e a importância de respeitar o dinheiro público. O vereador **Algacir Kroth** também se manifestou na tribuna e expressou sua intenção inicial de falar sobre as indicações e visitas que estão sendo realizadas no município, além dos projetos em discussão. No entanto, ele destacou a necessidade de abordar o assunto em pauta, que envolve uma situação grave. Algacir mencionou ter recebido fotos e imagens pelas redes sociais, levando-o a buscar informações no Ministério Público. Lá, foi informado sobre uma denúncia envolvendo o veículo da Câmara Municipal de Missal, que teria sido visto várias vezes no estacionamento do SAMU de Medianeira. Ele ressaltou que não estava acusando ou condenando ninguém, mas sim buscando esclarecimentos para atender às demandas da população, que cobra ações e respostas. O vereador pediu apoio aos colegas vereadores e à população para apurar os fatos e oferecer uma resposta rápida e transparente. Algacir enfatizou que essa é a responsabilidade dos vereadores, que estão cobrando e expondo os fatos, e anunciou a intenção de protocolar um requerimento para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Por último, o vereador **Elmo Franke Pauli** se manifestou na tribuna e abordou um assunto importante relacionado à Copel. O vereador mencionou que a Copel estava deixando a desejar em relação ao respeito aos seus contribuintes. Ele enfatizou que o papel do vereador é defender a população e que jamais seria omisso na fiscalização e nas responsabilidades legislativas. O vereador relatou que muitos produtores e cidadãos o procuraram durante o final de semana para expressar suas preocupações com as quedas de energia e os danos causados aos produtos em suas casas. Ele destacou a falta de resposta da Copel às solicitações e a ausência de representantes da empresa em uma audiência pública sobre o assunto. Elmo argumentou que a falta de investimento na infraestrutura da Copel estava resultando em sobrecargas e danos aos consumidores, que não recebiam o devido ressarcimento pelos prejuízos. Ele criticou a morosidade no processo de ressarcimento e a falta de atenção da Copel às necessidades da população. O vereador expressou sua frustração por ter que abordar esse assunto repetidamente na Câmara e ressaltou que continuaria defendendo os interesses da população e dos consumidores. O vereador Jair Rauber pediu um aparte e comentou sobre reuniões anteriores realizadas com a empresa, mas sem resultados. Encerradas as manifestações na tribuna e nada mais havendo a ser deliberado, o presidente encerrou a sessão.